

PARA DISCURSIVIZAR OU PRODUZIR PERFUMARIA SOBRE A EXPERIÊNCIA HOMOAFETIVA NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

Gerlândia de Castro Silva
gerlandia@ufpa.br

Resumo: Procuo neste espaço, discutir sobre o que a crítica vem chamando de perfumaria teórica acerca dos lugares vivenciados por aqueles que se arriscam ao devir da docência. Engendro o desejo de produzir discursividade sobre homoafetividade e docência, a partir do subsídio teórico posto à disposição pelas teorizações pós-estruturalistas que, ao relacionar-se com os processos de identificação na sociedade atual, consideram não a identidade, mas a diferença. No âmbito da docência no ensino superior, a orientação sexual coloca-se como pouco problematizada, estando os sujeitos imersos em jogos performativos que dificultam a vivência transgressora das identidades. Esta condição, no entanto, não impede a subversão e a existência de renegociações identitárias que permitam aos sujeitos/abjetos homossexuais constituírem lugares próprios de invenção e criação da docência como possibilidade de devir que lhe é própria, como lugar do adiamento e da diferença.

Palavras-chave: Experiência homoafetiva. Identidades abjetas e docência.

Abstract: I look to discuss in this place what the critics comes calling theoretical perfumery about the places experienced by those who venture to become a teacher. I engender the desire to produce speech about homoafection and teaching, from the theoretical subsidy made available by post-structuralist theories that relate to the identification processes in today's society does not consider the identity, but the difference. In the context of teaching in higher education, sexual orientation arises as a bit problematic, with the subjects immersed in performative games that hardens the transgressive experience of identities. This condition, however, does not prevent the subversion of identity and the existence of renegotiations that allow homosexuals subject / abject constitute their own places of invention and creation of teaching as possibility of becoming that are their own, as a place for the Postponement and difference.

Keywords: Homoafection experience. Abject identities e teaching.

EXÓRDIO

Para além de produzir discursividade ou proceder a uma revisão conceitual acerca da homossexualidade na docência do ensino superior, procuro, neste espaço, discutir sobre o que a crítica vem chamando de perfumaria teórica ou confeitaria conceitual acerca dos lugares vivenciados por aqueles que se arriscam ao devir da docência.

Falar da experiência homoafetiva¹ na docência do ensino superior partindo do lugar heteronormativo parece desafiador, enquanto causa estranheza. Isto se dá pelo fato de que a maioria dos trabalhos desta natureza parte de sujeitos homossexuais, o que naturaliza a expectativa de que

um(a) pesquisador(a) que se proponha a pesquisar o assunto seja, ao menos, homossexual, o que, no entanto, se constitui uma forma de preconceito.

Então, discursivisar sobre a experiência homoafetiva na docência na universidade não será uma tarefa fácil, uma vez que a performatividade em que me inscrevo para produzir teorizações não me fornece um lugar seguro para as identidades vivenciadas no contexto atual. Ao contrário, me sugere adiamentos, transgressões, indisciplinas, adjetivações. São não lugares, espaços fronteiraços, campos de pastiches e colagens, espaços-tempos pouco demarcados, de interpelamentos e chamamentos e de invenção. São paródias e penteadeiras coloridas com perfumes.

Aqui, procuro destacar que as identidades na docência, atendendo ou não ao chamamento da sexualidade, são marcadas pela diferença, pelo pertencimento ao outro, por práticas discursivas que envolvem religião, etnia, sexualidade, condição social e local de trabalho.

No âmbito das universidades, há discursos ecoando e rizomaticamente atravessando-se e criando regimes do eu, e, dessa forma, forjando significações sobre quem os professores devem ser em determinadas conjunturas. Esses discursos mobilizam representações identitárias, inclusive oficiais, colocadas em circulação social e epistêmica. Mas, mesmo assim, nada institui identidades fixas, pois, a movimentação presente nas adjetivações docentes faz circular sempre outros fatores, outros sentidos.

Isto pode ser apostado ao processo de adjetivação que envolve a experiência homoafetiva nestas instituições de ensino.

Assim, este espaço engendra o desejo de produzir discursividade sobre homoafetividade e docência, a partir do subsídio teórico posto à disposição pelas teorizações pós-estruturalistas e algumas de suas derivações que, ao relacionar-se com os processos de identificação na sociedade atual, consideram não a identidade, mas as posições identitárias; não os lugares fixos, mas os processos e discursividades sobre identidade; não a identidade, mas a diferença.

Projetar-me à discursividade sobre homoafetividade e docência em horizontes pós-modernos, perspectivada por orientações pós-críticas, especificamente as pós-estruturalistas, é, no mínimo, atribuir-me um fardo pretensioso demais, por isso tento, a todo custo, minimizar as expectativas.

1 SÍTIOS PARA A DIFERENÇA

A educação institucionalizada tem se mostrado, historicamente, como lugar da normalidade e do controle. Lugar da instituição de corpos e formas e da modelagem de sujeitos. Constitui a instituição educativa, campo da construção de subjetividades e criação de identidades. Neste lugar o docente é tido como aquele que pensa, escreve, pesquisa, sabe, conhece e ensina. Não há espaço, portanto, para um ser docente “indivíduo, pré-individual, tomado em seguimento do devir, que são processos de desejos [...], extrator de partículas que não pertencem mais a como viver...” (CORAZZA, 2008 p. 92).

O sujeito docente, pronto e acabado, numa perspectiva cartesiana, tem sido instaurado de forma homogênea e tem sido tratado como um incapaz de viver transgressões, bem como, de projetar-se enquanto devir. Ao *atomon individuum*, como ser estável e estático, é exigido o equilíbrio comportado e enquadrado em molduras historicamente construídas.

Tentar enquadrar ou definir a docência, em âmbito universal ou mesmo singularizado, no entanto, significa buscar domesticar a diferença e tornar estática sua individuação. É desconhecer que

[...] nenhuma determinação pode individualizar plenamente um docente, já que a individuação (visto ser abertura e virtualidade) não exige uma universalidade nem a singularidade, sendo indiferente quer ao uno quer a muitos. Se, inclusive, a individuação produzisse um composto docente, formado de substância mais acidentes, o indivíduo, assim produzido, seria um docente ontologicamente diminuído, na medida em que se distinguiria dos outros docentes apenas em função dos acidentes (CORAZZA, 2008, p. 98).

No âmbito das instituições de ensino superior é comum a tentativa de fixar demarcações entre os sujeitos que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero, seja pela desproblematização, como modos respectivos de produzir ou excluir discursos por meio da não problematização², ou mesmo pela centralização, operada em torno da heteronormatividade, seja ainda, pela excentricidade (DELEUZE & GUATTARI 2002) entendida como fora do centro, mas não marginal, considerando-se o tratamento dado a questões que envolvem sexualidade e gênero.

Esta situação ganha visibilidade ao se apreender a força de discursos heteronormativos que desautorizam e tentam docilizar o que é considerado transgressor, tornando familiar o que é estranho e igual a ambivalência.

Ocorre, portanto, a objetivação e subjetivação do indivíduo, para si e para os outros, em jogos de poder/saber e verdades instituídos em procedimentos precisos de governo (FOUCAULT, 1986). As formas de objetivação/subjetivação dizem respeito ao que se espera dos sujeitos enquanto

comportamentos, condições em que se estará submetido e as posições em que se ocupará em frente da produção do conhecimento. Objetiva-se o indivíduo recorrendo-se ao controle de sua subjetivação, sendo a sexualidade um dispositivo que tece uma trama de práticas, discursos e técnicas objetivas que regulam tanto a submissão quanto as transgressões nos jogos de saber/poder.

Enredados nestas tramas poderia se pensar em um processo de abjeção que relegaria os sujeitos à condição de não aceitáveis socialmente, uma vez que a abjeção opera na condição da exclusão ou mesmo da desproblematização. A desproblematização e a excentricidade coadunam-se na condição de fazer evidenciar nas identidades suas características abjetas. A abjeção, então, opera como lugar da não aceitação, do que é considerado monstruoso, infame e anormal ao ameaçar os padrões controláveis e previsíveis:

A racionalidade soberana sempre esteve ameaçada pelos limites da animalidade e da nadificação objetual, pelo lado escuro da identidade subjetiva estável, um oco onde o sujeito pode cair, quando sua identidade é posta em questão. A nomeação do abjeto se inscreve no movimento de mascarar a ferida que constitui o texto primitivo do próprio corpo enquanto finito. A abjeção é o espaço da dessemelhança e da não-identidade. Apontar o monstruoso, o abjeto, funciona como um poderoso aliado do que Foucault chamou de sociedade panóptica, na qual comportamentos polimorfos são extraídos do corpo dos homens mediante múltiplos dispositivos de poder [...]. A nomeação do monstro alivia a ameaça interna que é co-estruturante do homem (VILLAÇA, 2006, p. 74).

Ao incorrer em um processo de abjeção e de exclusão, os sujeitos deveriam, então, partir para a conformação e aceitação da condição desproblematizadora a que estão colocados os docentes homossexuais nas instituições de ensino, especificamente, as de ensino superior, ou poderiam, como reinvenção, transgressão ou insubordinação, buscar criar outras vivências a partir de sinais, códigos e atitudes que os definiriam como sujeitos que pudessem produzir tanto a normalidade como a transgressão.

[...] pensar sujeitos que escapam da via planejada, corpos que se extraviam, e põem-se à deriva é abrir possibilidades para se pensar sujeitos que encontram novas posições para viver, outro lugar para se alojar ou se mover ainda outra vez. Para estes corpos seus sinais, ou seu funcionamento se modificam ao longo do tempo; eles podem ser negados, ou reafirmados, manipulados, transformados ou subvertidos. A partir deles, observa-se que são sujeitos empenhados na produção de gênero e na sexualidade e que, ainda que sejam ativos nessa construção, são tomados por uma matriz heterossexual que delimita padrões, ao mesmo tempo em que fornece a pauta para as transgressões. Assim como alguns se conformam, há também os corpos que a subvertem (CABRAL *et. al.* 2010, p. 05).

A Universidade constitui território para que estes processos se instituem. Neste lugar, a condição desproblematizadora da homoafetividade na docência, sugere processos homogêneos que silenciam

os debates ou os colocam como desnecessários, criando-se, assim, uma performatividade que limita a experiência³ homoafetiva na docência.

Sobre o conceito de performatividade cabe, aqui, um adendo, em que é necessário recorrer a Butler (2003) que, após algumas negociações teóricas⁴, aborda este conceito desassociando-o da concepção voluntarista de representar um “papel”, construindo para si uma postura que expresse e marque uma condição ou opção do sujeito que adota uma identidade.

Para a autora, a performatividade se estrutura na reiteração de normas que são anteriores ao agente, e que, sendo constantemente reiteradas, materializam aquilo que nomeiam. A docência, por exemplo, de certo tempo para os dias atuais tem sido tratada pela literatura como uma atividade eminentemente feminina que coloca em desconforto os homens que a exercem, uma vez que estes são considerados afeminados ou mesmo gays. Tais práticas discursivas sugerem enquadramentos e molduras, mas são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, normas ou um conjunto delas, materializando-se no cotidiano, exigindo atitudes mediante as quais se produz uma feminização. Estar, portanto, no magistério pode significar incorrer, em práticas discursivas, na condição de homossexual masculino, e sendo esta uma atividade feminizada historicamente, produz-se o discurso de que o homem no magistério é homossexual. Isso não quer dizer que ocorra uma opção, mas sim, uma coibição, mesmo não se fazendo sentir como tal. Por isso seu efeito a-histórico e naturalizado.

A experiência docente homoafetiva no ensino superior está atravessada por processos normativos que condicionam o sujeito, controlando, também, a sua forma de vivenciar a sua orientação sexual. As formas de docilização diferem, por exemplo, de outros espaços, como a escola básica, em que as subjetividades são tomadas de outras perspectivas e estão atravessadas, por exemplo, pelas representações, dos pais, do que se espera da docência.

É possível inferir, ainda, que a performatividade na docência do ensino superior faz circular discursos diferenciados que aprisionam e rotulam os sujeitos em torno, por exemplo, da cientificidade, subsidiados por agências de controle que mascaram as possibilidades subjetivas de se experienciar a docência.

Compreendo, por outro lado, que os sujeitos/abjetos homossexuais constituam lugares próprios de invenção e criação da docência como possibilidade de devir que lhe é própria, como lugar do adiamento e da diferença. Neste sentido, posso arriscar que há um chamado, como interpelamento,

dos sujeitos/abjetos homossexuais a cruzar as fronteiras das identificações fixas de sexualidade e gênero, constituindo outros lugares e outras identidades na docência, embora estejam situados em um espaço de governabilidade, controle e prescrições heteronormativas, e embora a performatividade os coloque em determinados moldes antes definidos.

Desta maneira, quando o paradoxo da significação se instala entre a orientação sexual e a posição organizacional que o sujeito faz/ocupa na docência, a sua performatividade identitária acontece pela constante renegociação, constituindo-o como sujeito-fronteira, na soleiridade entre lugares simbólicos: o da homoeroticidade e o da docência.

2 ARENGA SOBRE A EXPERIÊNCIA HOMOAFETIVA

Para discursivizar sobre a experiência homoafetiva na docência, busco a corroboração Larroseana ao tentar definir o sujeito da experiência como um sujeito que se torna vulnerável ao expor-se à experiência; ao buscar em si mesmo e nos outros a oportunidade de viver e ser sujeito de si; ao atrever-se a fazer de si mesmo instrumento de conhecimento. Seria um sujeito descentrado, interpelado e submetido, pois aquilo do qual faz experiência se apodera dele (LARROSA, 2004, p.163). O apoderamento constitui uma força que o embriaga e o faz praticar tal ato, como o ato da docência: uma forma de profanar o instituído e as prescrições sobre o que se deve ser.

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara (LARROSA, 2002b, p. 21).

De um lugar inicial, é preciso destacar que, ao tratar de homoafetividade, em suas diferenciadas designações, haja necessidade de compreensão de como esta temática evoluciona no contexto das abordagens acadêmicas e sociais.

No sentido de redirecionamento do foco epistemológico, historiadores e antropólogos aparecem como pioneiros em apresentar a homoafetividade a partir de “um outro (sic) ângulo, libertando-o definitivamente de preceitos médicos, jurídicos e religiosos” (LOPES, 2001, p. 122). Este impulso inicial ganha força, com a presença do cinema e da produção artística em geral e do envolvimento de áreas como Letras e Artes com suas análises sobre literatura.

Diferentes áreas se articulam e se congregam em eventos cuja temática homoafetividade é foco. Basta recorrermos às produções dos congressos da Associação Brasileira de Estudos sobre a Homocultura, para se constatar esta assertiva.

De forma geral, no entanto, grande visibilidade têm tido os estudos sobre homoafetividade no país. Somente um quadro demonstrativo envolvendo grupos de estudo e pesquisa e produções acadêmicas das diferentes áreas do conhecimento poderia fornecer uma noção maior sobre que autores e perspectivas epistemológicas se colocam atualmente como referenciais para discussão. Esta proposta é demasiada grande para o estudo em questão.

É possível afirmar que grande parte das produções acadêmicas inscreve-se na ascensão de teorizações que, a partir dos anos de 90 do século XX, desfecharam duras críticas às teorias existentes, abrindo a possibilidade de novas abordagens sobre a sexualidade.

As concepções de homoafetividade, no entanto, sofrem transformações desde sua construção inicial (segunda metade do século XIX) até os dias atuais, em que estão intimamente ligadas aos debates sobre gênero nas preocupações feministas e pós-estruturalistas.

É no final do século XIX que conceitos como sodomia⁵ passam a conviver com outros mais amenizados ou mesmo cientificizados, mas não menos nocivos, como “sujeitos que fogem à regra”, à norma e que, como consequência, estavam destinados ao silêncio ou à exclusão, mas que tinham colocada em pauta sua existência, ainda que à sombra de preceitos moralizantes.

É no bojo da “segunda onda feminista”⁶, que tem início no final da década de 1960 e carrega consigo um forte cunho teórico, social e político, que a timidez dos grupos homossexuais sai da clandestinidade e, aos poucos, nos Estados Unidos e na Inglaterra, um lugar epistemológico começa a afirmar-se, e não tardará a chegar a países como o Brasil.

O movimento homossexual começa a ganhar visibilidade, no país, a partir de 1975, ao lado de outros grupos que discutiam à época questões ecológicas, raciais, de gênero e sexuais e que tinham como motivação o impulso contestador às políticas vigentes, principalmente porque eram protagonizados por artistas e intelectuais exilados durante a ditadura militar, momento em que políticas de heteronormatização, segregação racial e de gênero e exclusão de toda ordem atravessam as práticas políticas vigentes.

Na academia brasileira, este momento é marcado pelas teorizações críticas, principalmente as de perspectivas marxistas, bourdieusianas e volta a seus preceitos ao pregarem a busca por autonomia, libertação e transformação do sistema. É traço deste lugar os movimentos de contracultura, os grupos de conscientização, marchas e protestos públicos. É marcante, ainda, a rica produção textual e acadêmica do momento.

A busca por emancipação por meio da transformação do sistema dá lugar ou passa a conviver com práticas discursivas sobre identidades homossexuais que sugeriria a demarcação de suas fronteiras e a tomada de lugar na disputa política em relação às formas de concepções e representações:

Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações 'positivas' de homossexuais. Reconhecer-se nesta identidade é questão pessoal e política. O dilema entre 'assumir-se' ou 'permanecer enrustido' (no armário – *closet*) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade (LOURO, 2001, p. 543).

A intensificação dos debates na década seguinte (1980) traça o lugar acadêmico das produções nacionais e internacionais ao lado de outros espaços, como a mídia e a coexistência de grupos organizados e ativistas, a ponto de constituir temática de grupos de estudo e trabalho científico de diferentes instituições.

Grande ênfase é preciso ser dada ao fato de que as concepções identitárias presentes nas discussões deste período ainda estão fortemente atravessadas pela noção do eu fixo e universal, um legado das concepções modernas críticas ou positivistas e que a produção discursiva de uma identidade positiva atua, ao lado de outros discursos, como mecanismo de regulação e controle, uma vez que fixa uma posição de sujeito a ser buscada e defendida.

É importante que se considere, ainda, que o debate pelo reconhecimento identitário homoafetivo não descarta as posturas discriminatórias e homofóbicas. Esses processos são intensificados pelo debate sobre a existência da AIDS nos anos 80.

A alta incidência percebida pelos exames médicos, inicialmente nas comunidades gays, aumenta os preconceitos e os processos discriminatórios, principalmente por associar o relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo ao uso de drogas.

Até se constatar que o vírus HIV⁷ infectava pessoas para além dos contornos das comunidades gays e que homo e heterossexuais, casados e solteiros, homens e mulheres eram todos “grupos de risco” o medo pelo contágio gay e pelo contato com a AIDS⁸ se confundem.

Para Trevisam (2000) não se poderia distinguir o medo entre pegar a doença ou se pegar a homossexualidade, uma vez que ambas eram nocivas. O pesquisador faz uma alusão à metáfora por muitas vezes empregada de que “a homossexualidade pegaria” e que seria preciso se prevenir do seu contágio.

O advento da AIDS expõe a sexualidade dos sujeitos, segrega, rotula, humilha e provoca. Porém, traz consigo um “efeito colateral”: promove e intensifica os debates sobre homossexualidade de uma forma jamais conseguida por qualquer grupo organizado até então. Esta situação culminaria em uma movimentação teórica e formulação de novos aportes epistemológicos para o debate. Neste momento, as teorizações pós-críticas: pós-culturais, pós-estruturalistas, pós-feministas e multiculturalistas passam a demarcar estes cenários de discussão, ancoradas nas definições identitárias dos estudos culturais, tidas como descentradas como denomina Hall (1997).

Sob o escudo dessas teorias e como uma derivação do pós-estruturalismo e pós-feminismo⁹, as teorizações *queer* apresentam-se para dar ancoragem aos debates acadêmicos sobre homossexualidade.

Os lugares epistemológicos comuns nas produções atuais são, portanto, as teorizações *queer*, termo traduzido por Louro (2004) numa aproximação ao que é estranho, ridículo e excêntrico e que, durante muito tempo, serviu para práticas preconceituosas e de insultos a homossexuais. Uma grande reviravolta é dada ao significado do termo por uma vertente do movimento homossexual, demarcando uma perspectiva de resistência e contestação.

Nesta perspectiva, demarca-se, portanto, o espaço e o tempo de um grupo de intelectuais que, desde os anos 90, compartilha compromissos teóricos, ainda que inversos¹⁰, no quadro das produções pós-estruturalistas de questionamento dos lugares seguros e das identidades fixas, presentes na racionalidade moderna, e apropria-se da construção discursiva das sexualidades demonstrada pelos estudos de Michel Foucault e pelos desvios expostos por Derrida em sua argumentação sobre as oposições binárias.

Ao se ocupar, por exemplo, das estruturas de poder, Foucault (1980) enfatiza o seu caráter difuso, disperso, não preso às instituições nem ao sujeito. O poder circula em instituições e no cotidiano

dos indivíduos não sendo, portanto, somente negativo ou impositivo. Opera, também, com a noção de *regimes de verdade* em que sugere a existência de visões conflitantes de verdades em busca do controle e da regulação. Ao relacionar regime de verdades e sistema de poder, conclui que estes estão circularmente ligados e produzem subjetivações.

Como suporte da análise foucaultiana encontra-se uma abordagem sobre o sujeito moderno. Nesta avaliação, o sujeito não passa de uma construção discursiva, ou seja, em vez de sujeito de consciência é um sujeito produtor de discursividade.

Assim como na análise sobre os *efeitos de verdade*, que são produzidos pela linguagem e pelo discurso, o sujeito e a subjetividade homossexual apresentam-se como efeitos de operações discursivas, e não como entes transcendentais de essências ou existência anteriores a sua constituição atual.

Da desconstrução que se ocupam as abordagens pós-estruturalistas, ocupam-se também as teorizações *queer*, mas principalmente se ocupam também da problematização da ideia de poder como ente que se pode tomar, adquirir, centralizar; das identidades fixas, senhoras, donas; e de toda a forma de discurso que tente enquadrar, classificar, nomear, estruturar, domesticar, libertar, oprimir, linearizar, fixar sentidos e significados.

Derrida (1971), por exemplo, desmonta os pressupostos transcendentais e metafísicos modernos a partir de sua análise acerca das oposições binárias, marca do pensamento filosófico ocidental. Sustenta que em quase todo o discurso moderno se identifica confrontamentos entre teoria/prática, sujeito/objeto, natureza/cultura, negro/branco, rico/pobre, trabalhador/desempregado, homem/mulher, hetero/homossexual.

No âmbito das teorizações *queer* há um forte apelo à subversão e à transgressão, principalmente em aspecto teórico, no processo de apropriação das teorias que subsidiam suas formulações. Judith Butler (*apud* PRINS e MEIJER, 2002), por exemplo, para operar com identidades homossexuais contestadas, emprega o conceito de abjeção como designação do que foge à regra e ao esperado, como lugar da dessemelhança e da não identidade. Mais do que tentar definir ontologicamente tais identidades, como prostitutas, travestis, corpo doente, corpo andrajoso, mutilado ou velado, a autora afirma que “A abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia” (BUTLER *apud* PRINS e MEIJER, 2002 p. 157).

No processo de construção de subjetividades, a abjeção permite a construção de outros corpos – os não civilizados. É possível, portanto, que outras identidades sejam forjadas, para além das instituídas.

No geral, experiência homoafetiva masculina em práticas sociais e na docência é abordada por diferentes pesquisadores e difundida em diversos meios eletrônicos de divulgação¹¹, além das revistas acadêmicas e anais de eventos¹². Nesta perspectiva, grande número de produções aborda o tema homossexualidade, correlacionando com outros, como: literatura, imagens e artes plásticas, preconceito e homofobia, religião e teologia, saúde e doenças, violência e inclusão, produções acadêmicas e educação.

A respeito da homoafetividade e teologia, Musskopf (2008), em análise sobre a Teologia da Libertação Latino-Americana, argumenta que as teologias que se sustentam em uma matriz heterocêntrica precisam enveredar por outros lugares para a construção do conhecimento teológico, e propõe que esse caminho seja trilhado via *teologia queer*.

Sena (2007), em análise discursiva sobre os relatórios Kinsey, Masters & Johnson e Hite, publicados entre os anos de 1948 e 1981, volta-se às condições de produção histórica destes relatórios sobre sexualidade, recorrendo ao instrumental teórico e metodológico de Michel Foucault para argumentar que há disfarce de critérios quantitativos em critérios qualitativos e, por extensão, da prática discursiva comum de confundir descrições com apreciações, estas últimas com julgamento valorativo e normativo nos referidos relatórios, que marca a sua forma de disseminar não apenas de um agir sexual, mas de um falar e pensar sobre sexo sob o pretexto da ciência.

Antunes (2009) busca, nos romances de Jorge Amado, a representação das personagens homoafetivas masculinas para identificar como se processa a exclusão dessas personagens do discurso central. Sustenta Antunes que a forma de exclusão das personagens homoafetivas nesses romances é a da desproblematização e da ex-centricidade, alijando a temática homossexual de um discurso centrado na heterossexualidade. Para isso, recorre a conceitos como hibridismo, alteridade e mestiçagem, pela ampliação destes três últimos, considerados afins, recorrentes dentro da produção literária do escritor.

Pimentel (2007), também em tese de doutorado, convive com homens que chama de “gueis afeminados”, a fim de compreender as nuances da vivência homoerótica na escola, a partir da captura de fragmentos de narrativas que se consubstancializaram em memórias trabalhadas, teoricamente, a

partir de formulações sobre o cotidiano, da técnica de história oral e dos insights indiciários ginsburguianos. Pimentel (*idem*), em suas conclusões, assevera que, além de serem permanentemente tratados como abjetos, as histórias narradas demonstram que ganham espaço a partir de práticas inventivas, atilamentos, táticas e que promovem um movimento nas crenças e desejos de outros que compõem a escola.

Kátia Silva (2009), em pesquisa intitulada “Sexualidade e Docência - Desvelando tabus”, procura investigar a aplicação ou desaplicação das prescrições dos Parâmetros Curriculares Nacionais quanto à Orientação Sexual nas Escolas e seu tratamento de forma transversal, com intuito de apreender de que forma a sexualidade está sendo abordada nas escolas da rede pública de ensino na região Oceânica de Niterói/RJ. Entende que as prescrições são reinventadas, uma vez tomadas pelas ressignificações do cotidiano.

Julio (2009) procura compreender o conjunto de dimensões latentes nas interações sociais ocorridas em aulas de física que interferem na aprendizagem individual e coletiva em sala de aula, baseando-se no fato de que as identidades sociais erguidas em torno da física são tradicionalmente coligadas aos homens e à masculinidade. O autor defende a tese de que, nessas aulas, existe uma ingerência mútua entre representações de física, feitos de masculinidade e oportunidades de aprendizagem.

3 APROPRIAÇÕES TEÓRICAS PARA A ABORDAGEM SOBRE HOMOSSEXUALIDADE E DOCÊNCIA

A produção discursiva que atravessa a produção da homossexualidade e a docência no ensino superior parte de um terreno de incertezas e ingovernabilidade; mais de invenção e criação do que de revisão, mais de pastiche e colagem do que pureza e polidez. Constitui um terreno perspectivado, não pronto, não acabado, como provocação de instabilidades.

O pós-estruturalismo, dentre outras questões, tenta por em xeque os regimes de verdades estabelecidos e os discursos comuns, despreocupados e descomprometidos, lançando à linguagem a tarefa de problematizar-se.

Neste contexto, são relevantes as definições de poder e verdade às quais as narrativas pós-estruturalistas são adeptas, e nelas, as abordagens foucaultianas. Com o suporte dessa análise

encontra-se também uma abordagem sobre o sujeito moderno, que não passa de uma construção discursiva. Se os sujeitos são efeitos de formulações discursivas as identidades não podem ser fixas, centradas e únicas. Nesta lógica há de se compreender como a abordagem pós-estruturalista dialoga com definições identitárias tidas como culturais, ou descentradas, como denomina Hall (1997).

Identidade e gênero, nesta lógica, são conceitos que passam por processos de históricos de significações. A partir dos estudos feministas e pós-estruturalistas, compreende-se o gênero como construção social e cultural de masculinidade e feminilidade, o que coloca em questionamento, e até exclui, referências às diferenças biológicas, dando visibilidade aos aspectos culturais. Louro (2001) sustenta que há uma dicotomia na relação de gênero, que implica na contraposição de um polo da oposição binária a outro. Isso implica na necessidade de se romper com o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos, presente no conceito de gênero, e de se revisar esta construção como historicamente situada e em processo de construção.

Para transitar teoricamente pelas identidades homossexuais, Butler (2002) ao empregar o conceito de abjeção, refere-se ao que foge à regra, como lugar da dessemelhança e da não identidade. No processo de construção de subjetividades a abjeção permite a construção de outros corpos – os não civilizados. É possível, portanto, que outras identidades sejam forjadas, para além das instituídas.

As teorizações *queer* operam, ainda, com o conceito de performatividade, tomado de empréstimo de Derrida. Butler (2002a), em um esforço de desnaturalizar o sexo e o gênero, recorre às explicações sobre performatividade para compreender como a repetição das normas de forma ritualísticas cria subjetividades.

De Derrida e Butler, aproprio-me do conceito de performatividade para referir-me ao lugar do homoafetivo masculino em práticas profissionais tidas performativamente como lugar feminino. Recorro, igualmente, ao conceito de abjeção desenvolvido nas teorizações *queer* para compreender como os corpos não-regulados, normatizados e governados estão postos no cenário da docência no ensino superior.

Permito, ainda, que sejam atravessadas estas concepções pelas proposições dos campos discursivos pós-estruturalistas, pós-feministas e culturais para operar com um conceito de identidades abjetas ao referir-se à homoafetividade como um lugar móvel, instável e fronteiro, atravessado por uma prática discursiva que lhe imprime governo, performatividade, desproblematização e lugar de onde emerge a possibilidade de desmantelamento.

Para conversar com estas adjetivações, volto-me ao conceito de docência como acontecimento e experiência, numa perspectiva larroseana: uma viagem que envolve formação e atuação. Um espaço para o intransitivo e para o adiamento, um lugar não pronto, provisório e com muitas significações. “uma viagem aberta, uma viagem que não pode estar antecipada, e uma viagem interior, uma viagem na qual alguém se deixa influenciar a si próprio, deixa-se seduzir e solicitar por quem vai ao seu encontro, e na qual a questão é esse próprio alguém, a constituição desse próprio alguém, e a prova e desestabilização e eventual transformação desse próprio alguém” (LARROSA, 2006, p. 53); um processo, portanto, de aprendizado.

ARREIMATE

Compreendi, desde o início desta discussão, que se projetar para administrar um texto, e o devir dos discursos que o atravessam, seria assombroso e remeteria a escrita à condição moderna de redutora do devir ao *futuro*. Porque, prevendo o futuro – como os aficionados pelos pré-cogs de Dick¹³ – ou projetando este, os sujeitos modernos poderiam se sentir mais seguros, ainda que esta segurança fosse aparente. Mas, o que é o mundo e as identificações docentes, senão telas projetando aparências em vez de essências?

No âmbito da docência no ensino superior, a orientação sexual coloca-se como pouco problematizada, estando os sujeitos imersos em jogos performativos que enquadram e dificultam a vivência transgressora das identidades abjetas.

Esta condição, no entanto, não impede a subversão e a existência de renegociações identitárias que permitam aos sujeitos/abjetos homossexuais constituir lugares próprios de invenção e criação da docência como possibilidade de devir que lhe é própria, como lugar do adiamento e da diferença.

Sendo assim, diante da complexidade cultural vivenciada hoje, há que se problematizar as relações discursivas que caracterizam os processos de diferenciações educacionais e assumir posições de negociação das práticas que nos são atinentes dentro dos jogos de poder.

Há que se considerar, no entanto, que este processo foi iniciado e que no âmbito do ensino superior, ainda que de uma forma embrionária, já se problematizam os dispositivos microfísicos que mobilizavam as práticas discursivas política, ideológica, social, cultural, econômica e

educacionalmente, e que os sujeitos, na sua condição de abjeção, procuram desfazer e burlar as tecnologias do eu, que durante séculos os aprisionam.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ana Luiza Rodríguez. **Homossexualidade**: a mestiçagem que Jorge Amado não viu. Um estudo sobre as personagens homossexuais nos romances de Jorge Amado. PUCRS/PPGL (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2009.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Pagu**. n. 11, 1998.
- _____. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. Criticamente subversiva. In: JUMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgressoras**. Uma antologia de estudos queer. Barcelona: Icària Editorial, 2002, pp. 55-81
- _____. **Cuerpos que Importan**. Barcelona: Paidós, 2002a.
- _____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- _____. **Deshacer el Género**. Barcelona: Paidós, 2006.
- CABRAL, Arthur Grimm *et. al.* **sexo, abjeções e devires** (abalos discursivos entre corpos travestis). Disponível em: www.identidade.org.br/2010 Acesso em: 20/10/2010.
- CORAZZA, S. M. O docente da diferença. **Periferia**. v. 1, n. 1, 2008. (disponível em: www.ufrgs.br/faced)
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. 1ª Ed. Brasileira. Trad. Ruth Dias e Edmundo Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- _____. GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. v. 5. 1ª Reimpressão. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- Derrida, Jacques. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papius, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1969) 1986.
- _____. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos III**: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. A vida dos homens infames. In: **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. v. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. **La verdad y las formas jurídicas**. Barcelona: Gedisa, 1980.
- HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- JULIO, Josimeire Meneses. **Física e masculinidades**: microanálise de atividades de investigação na escola. PPGWD/UFMG (Tese de doutorado). Belo Horizonte, 2009.

LARROSA, J. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006a.

_____. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T.T. **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 19, Jan/fev/mar/abr 2002b.

_____. **Linguagem e Educação depois de Babel**. Coleção Educação: experiência e sentido. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. La experiencia y sus lenguajes. (conferencia) **La formación docente el siglo XIX y el siglo XXI**. Serie Encuentros y seminarios, 2006b.

LOPES, Denílson. Estudos gays: panorama e proposta. In: **Lugar Comum**. N. 13-14, Jan/Ago/ 2001. pp. 119-130

_____. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista dos estudos feministas**. Segundo semestre. v. 9. UFRJ, 2001. pp. 541-553

MUSSKOPF, André Sidnei **Via(da)gens teológicas**: itinerários para uma teologia queer no Brasil/André Sidnei Musskopf. Orientador Rudolf von Sinner. São Leopoldo: EST/PPG, 2008.

PIMENTEL, Nilton Poletto: **Narrativas muito ordinárias**: fragmentos indiciários da trajetória escolar de homens gueis. Tese (Doutorado em Educação). Orientadora: Cecília Maria Aldigeri Goulart. Niterói-RJ/UFF, 21/09/2007.

PRINS, B, e MEIJER, I. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos feministas**. n. 155, 1º bimestre, 2002.

SENA, Tito. **Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite**: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas. UFSC/CFHC/PPGICH. (Tese de doutorado) Florianópolis: Julho, 2007.

SILVA, Katia Krepsky Valladares. **Sexualidade feminina e docência**: desvelando tabus (Tese de Doutorado) PPGED/UFF, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TALBURT, Susan. Introducción: contradicciones y posibilidades Del pensamiento queer. In: _____; STEINBERG, Shirley. (Eds). **Pensando queer**: sexualidad, cultura y educación. Barcelona: Graó, 2005, pp. 25-34.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3ª Ed.. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2000.

VILLAÇA, Nízia. Sujeito/abjeto. **LOGOS 25**: corpo e contemporaneidade. Ano 13, 2º semestre, 2006. pp. 73-84. Disponível em: www.logos.uerj.br/.

¹ Prefiro, aqui, a designação dos termos homoeróticos ou, com maior abrangência, homoafetivos, que conotam os aspectos emocionais, sensuais e espirituais envolvidos na relação amorosa de *gays* e *lésbicas*, do que o termo homossexual, uma vez que este último limita o campo de significações ao biológico, ou ao relacionamento estritamente sexual entre as pessoas do mesmo sexo. No entanto, na literatura pertinente, os termos homoafetivo e homoerótico não são usados quando se faz referência às pessoas, e sim às suas relações, usando-se para designar o sujeito, o termo homossexual, é o que farei então. Recomendo acesso ao blog evolucaolgbt.blogspot.com/ para um panorama geral da discussão.

² Para Foucault (2006, p. 242): “problematização não quer dizer a representação de um objeto pré-existente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja de forma moral, de conhecimento científico, da análise política, etc.)”.

³ O conceito de experiência, aqui posto, busca distanciar-se da concepção fenomenológica. Desta forma, há uma apropriação da concepção de Larrosa (2002b, p. 2), quando o autor, por meio de suas negociações teóricas, inclusive com Walter Benjamin, afirma que: “Poderíamos dizer, de início, que a experiência é, em espanhol “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece”; em francês a experiência seria “ce que nous arrive”; em italiano, “quello che nos succede” ou “quello che nos accade”; em inglês, “that what is happening to us”; em alemão, “was mir passiert”.

⁴ Butler (1998) empresta e ressignifica a teoria da performatividade de Austin, associando-a à fenomenologia de Merleau-ponty, para sustentar que os gêneros são produtos performativos, pois estão sujeitos aos processos de tornar-se. Desta forma, os sujeitos são produtos da discursividade que formatam seus corpos, pois não se nascem homens ou mulheres, mas tornam-se, através dos atos reiterativos que formam os gêneros. Amplia-se, então, o debate epistemológico sobre o gênero.

⁵ Sodoma no jugo popular é o ato pecaminoso e passível de castigo. Uma referência a Sodoma, cidade bíblica em que pessoas do mesmo sexo se relacionavam sexualmente.

⁶ O movimento social feminista ganhou evidência na passagem do século XIX ao XX, com as sufragistas que exigiam o direito ao voto das mulheres. Para alguns teóricos (LOURO, 2004) o movimento sufragista é considerado a primeira onda do feminismo, a segunda tem início na década de 60.

⁷ HIV - *human immunodeficiency virus* (vírus da imunodeficiência humana).

⁸ AIDS - *Acquired immune deficiency syndrome* (SIDA- Síndrome da imunodeficiência Adquirida).

⁹ Feminismo de terceira onda em que se destacam os trabalhos de Butler.

¹⁰ Para Seidman (1995, *Apud*, LOURO, 2001, p. 546), “Os/as teóricos/as *queer* constituem um agrupamento diverso que mostra importantes desacordos e divergências. Não obstante, ele/elas compartilham alguns compromissos amplos – em particular, apoiam-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como um método de crítica literária e sócia; põem em ação, de forma decisiva, categorias e perspectivas psicanalistas; são favoráveis a uma estratégia desconcentradoras ou desconstrutivas”.

¹¹ Grande destaque tem se dado aos blogs, como o Net blog (pt.netlog.com/.../–Portugal); o blog Identidades homossexuais (identidadeshomossexuais.blogspot.com/); o blog homorealidade (homorealidade.blogspot.com/) e uma listagem outros. (ver links e sites relacionados ao tema em: homossexualidade.net/sobre-homossexualismo e www.armariox.com.br/conteudos/links.php)

¹² Para citar alguns recorro aos anais da ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS e da ABEH - Associação brasileira de estudos da homocultura.

¹³ Phillip K. Dick em *Minority report: a nova lei* destaca a força de três personagens capazes de prever situações não muito comuns, principalmente as relacionadas a crimes, catástrofes e violência. São dois garotos e uma garota – Agatha – com poderes especiais de premonição que, ao serem decodificados por uma máquina, adquirem a precisão de identificar o criminoso, o dia, a hora e o local dos crimes. Um grupo particular, subsidiado pelo governo, captura esses garotos e cria, a partir de seus poderes, um sistema de prevenção de crimes – o pré-crime. Ocorre que uma falha proposital humana causa um terrível engano nas premonições, induzindo-as a ocultar um assassinato. Desencadeia-se a partir daí uma série de perseguições e destruição do pré-crime (DICK, Phillip. K. *Minority report: a nova lei*. São Paulo: Record, 2002).